



COVID-19 E CIÊNCIAS SOCIAIS EM ÁFRICA: ALGUMAS REFLEXÕES METODOLÓGICAS POSSÍVEIS

Rubilson Velho Delcano¹

Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial, Santo André, SP, Brasil.

Resumo: O presente texto se propõe a situar, problematizar e transformar em objeto de análise heurística o desafio prático-metodológico (continuidades e discontinuidades) que as ciências sociais enfrentam no esforço de cumprir a função que lhes são requeridas perante esta crise sanitária da covid-19 (que também é uma crise socioeconômica), especialmente na África. Objetivamos descortinar através duma narrativa diacrônica a forma como as ciências sociais serviram de base (ou não) às instituições públicas africanas nas suas estratégias de combate a supracitada pandemia sob à luz da realidade estrutural do continente – dito do ponto de vista da responsabilidade sanitária, social e econômica.

Palavras-Chave: Covid-19; ciências sociais; metodologias; África; Guiné-Bissau.

COVID-19 AND SOCIAL SCIENCES IN AFRICA: SOME POSSIBLE METHODOLOGICAL REFLECTIONS

Abstract: This text proposes to situate, problematize and transform the practical-methodological challenge (continuities and discontinuities) that the social sciences face in the effort to fulfill the function that is required in the face of this health crisis of the covid-19 as an object of heuristic analysis, especially in Africa. We intend to reveal through a diachronic narrative how the social sciences served (or not) the basis for African public institutions in their strategies to combat the referred pandemic in the light of the structural reality of the continent – said from the point of view of health, social and economic responsibility.

Keywords: Covid-19; Social Sciences; methodologies; Africa; Guiné-Bissau.

COVID-19 Y LAS CIENCIAS SOCIALES EN ÁFRICA: ALGUNAS POSIBLES REFLEXIONES METODOLÓGICAS.

¹ Doutorando em Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial (EPM-UFABC), Santo André, SP, Brasil. Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); graduado em Ciências Humanas (Humanidades) pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); Membro da equipe técnica do Centro de Referência e Referência Para Imigrantes e Refugiados em São Luís (CRIR-MA); Membro do Grupo de pesquisa África-Brasil: Produção de Conhecimento, Sociedade Civil, Desenvolvimento e Cidadania Global CNPq-Brasil. Email: rubilson23@gmail.com / r.velho@ufabc.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6596-4909>



Resumen: El presente texto propone situar, problematizar y transformar en el objeto del análisis desafío práctico-metodológico (continuidades y discontinuidades) que enfrentan las ciencias sociales en el esfuerzo por cumplir la función que se les exige ante esta crisis de salud del covid-19 (que también es una crisis socioeconómica), especialmente en África. Pretendemos revelar a través de una narrativa diacrónica la forma en que las ciencias sociales sirvieron de base (o no) a las instituciones públicas africanas en sus estrategias para combatir la mencionada pandemia a la luz de la realidad estructural del continente – dicho desde el punto de vista de visión de salud, social y económica.

Palabras-clave: Covid-19; Ciencias Sociales; Metodologías; África; Guiné-Bissau.

COVID-19 ET SCIENCES SOCIALES EN AFRIQUE: QUELQUES RÉFLEXIONS MÉTHODOLOGIQUES POSSIBLES.

Résumé: Ce texte propose de situer, problématiser et transformer en objet le défi pratique-méthodologique (continuités et discontinuités) auquel les sciences sociales sont confrontées dans l'effort de remplir la fonction qui leur est demandée face à cette crise sanitaire du covid-19 (qui est aussi une crise socio-économique), en particulier en Afrique. Nous entendons révéler à travers une narrative diachronique comment les sciences sociales ont servi de base (ou non) aux institutions publiques africaines dans leurs stratégies de lutte contre la pandémie dirigées à la lumière de la réalité structurelle du continent - dit-on du point de vue d'un point de vue sanitaire, social et économique.

Mots-clés: Covid-19; Sciences sociales; Méthodologies, Afrique; Bissau-Guinée.

INTRODUÇÃO

Temos acompanhado um grande esforço por parte de reconhecidos cientistas sociais no decurso da pandemia do novo coronavírus em saber se a verdade e a qualidade das instituições de uma dada sociedade se conhecem melhor em situações de normalidade, de funcionamento corrente, ou em situações excepcionais, de crise (SANTOS, 2020; DAVIS, 2020; HARVEY, 2020; ŽIŽEK, et al, 2020).

Tudo indica que as duas situações podem, provavelmente, ser igualmente indutoras de algum conhecimento. No entanto, recuperando a perspectiva da “relevância prática das questões de pesquisa em ciências sociais” (BOURDIEU, 1997), a insistência quase que constante sobre esses dois pontos por parte desses reconhecidos cientistas sociais levanta uma dúvida metódica pertinente. Será que numa crise sanitária como a de covid-19, por exemplo, essas questões supracitadas, por si só, conseguem oferecer subsídios necessários que das ciências sociais se esperam para o seu enfrentamento? Ou seja, qual é vantagem prática em saber “se a vulnerabilidade estatal é melhor



compreendida em tempos de crise ou em situação de normalidade” para os desafios que a covid-19 nos coloca no presente? Essa dúvida metódica levantada descortina, do ponto de vista metodológico, o desafio que há tempo as ciências sociais enfrentam em construir, analiticamente, abordagens críticas que transgridam o *mainstream* hegemônico em tempos de crise global, e não só.

No caso da covid-19, parece que o maior desafio das ciências sociais tem sido o de adotar efetivamente leituras práticas sobre as debilidades das estruturas sociais das populações periféricas (ou minorias sociológicas), transgredir o viés unicausal nos estudos sobre o aumento das desigualdades sociais (FERNANDES, 2021) e também superar as abordagens universalistas (geralmente ensaísticas) em relação a capacidade de adaptação à crise das diferentes redes comunitárias (familiares, religiosas, de linhagem etc.).

Por isso, tomando como base o quadro acima referenciado, o presente texto se propõe a situar, problematizar e transformar em objeto de análise heurística o desafio prático-metodológico (continuidade e discontinuidades) que as ciências sociais enfrentam no seu esforço de cumprir a sua função perante esta crise sanitária da covid-19 (que também é uma crise socioeconômica), especialmente na África. Objetivamos descortinar através duma narrativa diacrônica a forma como as ciências sociais serviram de base (ou não) às instituições públicas africanas nas suas estratégias de combate a supracitada pandemia sob à luz da realidade estrutural do continente – dito do ponto de vista da responsabilidade sanitária, social e econômica.

Como recorte de análise, após uma leitura geral sobre o continente africano, pretendemos redirecionar a abordagem para a Guiné-Bissau. Problematizaremos as medidas sociais, econômicas e administrativas que veem sendo adotadas neste país para viabilizar as sanitárias entre os meses de fevereiro e dezembro do ano de 2020. Discutiremos também, mas sem pretensão de esgotar o debate, a viabilidade e os impactos dessas medidas no setor informal e na campanha nacional de castanha de caju – principal produto de exportação do país. Ao fornecer essa análise, pretendemos no final da discussão apresentar uma imagem clara e precisa do impacto do novo coronavírus no continente africano e na Guiné-Bissau em particular, sobretudo no setor informal. Destacando onde os esforços podem ser concentrados, com recurso às ciências sociais emancipadoras, para gestão e mitigação desses impactos.



Para o cumprimento dos objetivos preconizados no presente texto, contamos mobilizar múltiplos dados e relatórios de várias instituições versadas na matéria, quais sejam: a Organização Mundial de Saúde (OMS), a UNECA (sigla em inglês da Comissão Econômica da ONU para África), Centro de Controle e Prevenção de Doenças na África (CDC, órgão vinculado a União Africana), os relatórios da Fundação Mo Ibrahim (MIF, da sigla em inglês) etc. E pretendemos, à luz desses dados, oferecer elementos substanciais para o debate sobre a responsabilidade científica requerida às ciências sociais no contexto global da Covid-19 e os desafios imediatos dessa tarefa. O que, conforme será desenvolvido a seguir, revela uma necessidade de adoção de metodologias práticas e emancipadoras no “fazer ciências sociais”, particularmente, em época de crise como a de covid-19. E vale deixar claro desde já que por práticas metodológicas emancipadoras entendemos, num diálogo cruzado com o Cláudio Furtado (2012), a ênfase na capacidade crítica do cientista social em saber qual (ou quais) a pergunta deve ser feita e como ela vai permitir a elaboração de um relatório social mais próximo dos fatos/fenômenos que desejamos compreender e/ou superar.

CIÊNCIAS SOCIAIS E COVID-19: POSSÍVEIS CAMINHOS PARA UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA PRÁTICA E EMANCIPADORA.

As questões que marcaram a introdução deste texto trazem à tona um desafio crucial para as ciências sociais que consiste em ter a clareza do que se pretende pesquisar. E que essa clareza deve se revelar nitidamente na(s) pergunta(s) que fazemos.

Imaginemos, por exemplo, ter produzido um relatório social a partir da questão sobre “se a qualidade das instituições podem ser melhor compreendidas em situações de normalidade ou em crise” e ele indicar afirmativamente, através de variáveis minuciosamente balizadas, que a crise revela melhor a fragilidade do Estado. No contexto atual da crise sanitária de covid-19, a reflexão metodológica exigida primeiramente à cientista social é de saber: em que medida a resposta sobre essas questões levantadas serão importantes para o contexto de crise que vivemos? Ou melhor, como ela permitiria uma problematização que assegure ou aponte saídas para as fragilidades detectadas? Percebe-se que tudo isso demonstra que, mais do que saber se a fragilidade do Estado é melhor percebida em tempo de crise, é perguntar: como evitar que esta fragilidade constitua um obstáculo na luta contra a tal crise, como no caso da covid-19?

Com isto queremos afirmar, e insistimos nisso, que o novo coronavírus desafia as ciências sociais a superar, metodologicamente, o *mainstream* hegemônico. A presente crise sanitária nos desafia, enquanto cientistas sociais contemporâneos, a resgatar o dever da dúvida metódica e a preocupação permanente com a apreensão e, conseqüentemente, com a possibilidade de se poder surpreender sentido(s) de mudanças, descontinuidades e/ou continuidades que são condições de uma investigação profícua, atenta e capaz de assegurar a ultrapassagem de possíveis vieses ideológicos que, amiúde, contaminam as ciências sociais (FURTADO, 2012).

Essa perspectiva, que aqui nomeamos de práticas metodológicas emancipadoras, aponta que qualquer questão de pesquisa em ciências sociais deve atentar-se para o fato de que este tipo de conhecimento não se baseia em julgamento normativo em que se procura os culpados e vítimas, mas sim a descrição dos fatos como se apresentam na sua genealogia (WEBER, 2004). No caso da pandemia da covid-19, por exemplo, baseando nessas práticas metodológicas emancipadoras que defendemos, o debate em ciências sociais poderia se constituir, acredita-se, em correlacionar as narrativas que contextualizam os fatos com base na articulação da relação entre o novo coronavírus, a eficiência governativa e a profundidade das desigualdades sociais.

Visto que, entende-se, a pandemia do novo coronavírus desafia as ciências sociais, entre outras situações, a definir uma abordagem sistêmica e integrada capaz de captar as múltiplas dimensões das desigualdades ou outras vulnerabilidades sociais. Por isso é preciso focar nos fatores determinantes dessas nossas fraquezas, atentar-se para as suas formas de manifestação e, a partir daí, produzir manuais com tradução prático-discursiva das estratégias de seu enfrentamento. O que demanda, acredita-se, análises e estudos multifocais capazes de extrapolar as leituras de cariz unidimensional/unicausal e universalista. E reforça a ênfase na capacidade crítica do cientista social em saber qual (ou quais) a pergunta deve ser feita e como ela vai permitir a elaboração de um relatório social mais próximo dos fatos/fenômenos que desejamos compreender e/ou superar.

E isso só será viável, entende-se, adotando os métodos emancipatórios supracitados dentro das ciências sociais. Um modelo epistemológico que se sustenta, evidentemente, na construção e seguimento do “rigor reflexivo e da negação das análises polares” (FURTADO, 2012). E corrobora a ideia de que para os estudos sobre os impactos sociais da covid-19, no continente africano especialmente (constituindo uma das dimensões de análise neste trabalho): “la recherche em sciences sociales doit transcender



Émoticivisme, l'égocentrisme et l'essentialisme. Elle doit s'attaquer aux défis auxquelles l'Afrique est actuellement confronté dans l'économie mondiale faite de capitalisme et diversités culturelles" (MATSHEDISHO, 2005; Apud FURTADO, 2012, p. 106). Entende-se que é a partir desse compromisso epistêmico emancipador que as ciências sociais deviam assumir a sua função científica exigida local e globalmente, sobretudo neste contexto do novo coronavírus.

Mas, também, é fundamental dizer que essa perspectiva possui armadilhas que devem ser evitadas. Isto quer dizer que quando defendemos uma ruptura positiva² com o *mainstream* hegemônico, por exemplo, não estamos afirmando que uma pesquisa em ciências sociais sobre “qual é o melhor período ou a melhor situação para compreender a fragilidade do Estado?” não tem sua importância. Mas sim que é importante focar nas demandas reais que cada contexto de crise apresenta. Essa vigilância metódica deve ser seguida tanto na procura de solução imediata assim como por estratégia preventiva, sem desfocar outras dimensões consideradas importantes. Aliás, como veremos adiante, ao examinar e discutir os pontos de continuidades e descontinuidades no uso das ciências sociais como forma de garantir o cumprimento efetivo das medidas sociais adotadas em alguns países do continente africano, sobretudo na Guiné-Bissau, percebe-se da melhor forma possível essas ciladas metodológicas de que viemos chamando atenção.

COVID-19 E O DESAFIO DA TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL EM ÁFRICA: COMO OS MÉTODOS EMANCIPADORES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS PODERIAM SER UTEIS?

Quem acompanhou os estudos e mecanismos mobilizados pelas organizações como a União Africana, através do Centro De Controle e Prevenção de doenças em África (CDC-UA), a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020), a Comissão Econômica da ONU para África (UNECA, 2020; sigla em inglês), Mo Ibrahim Foundation (MIF, 2020) e tantas outras instituições de cooperação bi e multilaterais, certamente recordará que os seus relatórios se convergiram em alertar que o alcance global da pandemia da covid-19 teria um enorme e particular impacto no continente africano. Aliás, próprio John Nkengasong (2020), diretor do CDC-UA, chegou a falar em um “desastre eminente”. E

² Aqui chamamos de “ruptura positiva” a negação de análises polares e unidimensionais em casos que demandam um rigor reflexivo multifocal.



aos olhos da mídia mundial, especialistas, governos e até a OMS (2020), seria “catastrófico” tendo em conta os desafios estruturais do continente africano.

Como estratégia de mitigação desses impactos, em função dos desafios estruturantes evocados (e que contamos desenvolver mais adiante), essas referidas instituições reuniram os esforços e apresentaram com antecedência, isto é, antes da chegada do vírus no continente, vários pontos considerados desafiantes para África. E concluíram que a pandemia da covid-19 seria um desafio prático para melhorar as estruturas de saúde ainda fracas no continente e a capacidade institucional relacionada a indústria farmacêutica, infraestrutura, educação e segurança nacional (CDC-UA, 2020; UNECA, 2020; OMS, 2020; MIF, 2020). Destacaram ainda a necessidade urgente de fortalecer os dados e a capacidade estatística, principalmente em relação à saúde e ao registro civil.

No relatório da OMS (2020) especificamente, lia-se uma preocupação em relação a velocidade com que os países podem detectar, relatar e responder a surtos. O que, segundo o mesmo relatório, pode ser um reflexo de sua capacidade institucional mais ampla: “visto que as epidemias são um teste da realidade para a governança e liderança públicas, não apenas em nível nacional, mas também em nível regional e continental, bem como em conexão com a rede mais ampla de atores e parceiros multilaterais” (OMS, 2020, p. 4). É neste quadro que muitos países da África se destacaram, sobretudo pelas suas “características peculiares de fragilidade institucional” e, também, pelos “persistentes conflitos internos em alguns Estados”. O que, no entender da OMS (2020), seria “perigoso e poderia deixar essas sociedades à mercê do novo coronavírus” (OMS, 2020, p. 5).

Acredita-se que essa é a questão que também sustenta a preocupação quase que permanente de alguns cientistas sociais em debater as circunstâncias que melhor oferecem informações sobre as fragilidades estatais de que referíamos acima.

Voltando aos dados dos relatórios das supracitadas organizações, a semelhança da OMS (2020), a Mo Ibrahim Foundation (MIF, 2020), em diálogo permanente com os dados da UNECA e o CDC-UA, fez também um levantamento que resumia essas “fragilidades dos países africanos” diante do desafio do novo coronavírus e, como solução, propôs uma transformação estrutural urgente. Nesse referido relatório, a MIF (2020) apresentou nove (9) pontos considerados prioritários e que os governos africanos



deviam seguir na prática para mitigar o impacto dessa pandemia no continente numa perspectiva socioeconômica e sanitária. Vejamos:

1. É necessário a criação de condições para uma governança sólida e coordenada em todo o continente. Qualquer pandemia requer, por natureza, uma coordenação geral de esforços através das fronteiras nacionais e regionais e com atores e parceiros multilaterais, ainda mais em um mundo globalizado.

2. Há uma necessidade urgente de agir sobre as lições apreendidas com o surto de Ebola em 2015 e abordar as fraquezas específicas das estruturas de saúde da África: melhorar os sistemas de saúde e o acesso dos cidadãos a eles, e fortalecer de maneira mais geral os dados e a capacidade de produção estatística.

3. Apenas 10 países africanos fornecem assistência médica gratuita e universal a seus cidadãos, enquanto a assistência médica em 22 países não é gratuita nem universal. Os governos precisam fazer melhorias rápidas no manuseio e no acesso a serviços básicos de saúde.

4. De acordo com os Centros de Controle e Prevenção de Doenças da África (CDC da África), 43 países africanos podem testar o COVID-19. No entanto, os países estão menos preparados para o rastreamento efetivo do ponto de entrada, o monitoramento de viajantes e o tratamento de casos. Esforços para fortalecer e aprimorar a preparação podem ajudar a salvar vidas.

5. A cobertura de dados sobre instalações de saúde e resultados de saúde na África é baixa. Apenas oito países africanos possuem sistemas completos de registro de nascimento. Isso afeta a produção oportuna de dados, crucial durante crise sanitária. Estatísticas de qualidade e o financiamento e autonomia dos Escritórios Nacionais de Estatística são essenciais para todas as etapas da tomada de decisão e formulação de políticas com base em evidências, principalmente na área da saúde.

6. Com a fraqueza geral das estruturas de saúde, de recursos humanos a equipamentos e cadeias de suprimentos, trabalhar em conjunto é crítico agora mais do que nunca. Muitos Institutos Nacionais de Saúde Pública (NPHIs) foram criados depois que os sistemas de saúde falharam em responder às crises devido a respostas fragmentadas e insuficientes. Encontrar formas de colaborar e trabalhar juntos para enfrentar esse desafio, proteger vidas e melhorar as capacidades de saúde é fundamental.



7. A África tem mostrado melhorias crescentes nas campanhas de saúde pública (+0,6 desde 2008, de acordo com o IIAG), com 20 países observando uma melhora na pontuação. Mas 15 países também registraram um declínio. Todas as partes devem contribuir com informações nacionais e campanhas de conscientização e ajudar a combater a desinformação e as notícias falsas.

8. A infraestrutura precária pode impedir que o pessoal alcance as áreas afetadas na velocidade necessária, enquanto a infraestrutura de comunicações é igualmente importante, pois permite relatórios e diagnóstico. Os dados mostram que qualquer ação para fortalecer os serviços nessas áreas seria benéfica.

9. Em termos do impacto mais amplo da COVID-19, na economia e além, de acordo com a UNECA, a pandemia atingirá o crescimento econômico de um esperado de 3,2% para 1,8%. Se não for abordado de maneira coletiva e organizada, isso poderá reverter o crescimento positivo da década passada e impactar áreas em que a África progrediu constantemente, seja na luta contra a malária ou contra a pobreza. Além disso, isso poderia se espalhar para além da economia e testar a fragilidade institucional de alguns países, alimentando mais conflitos e instabilidade (MIF 2020; tradução nossa do francês).

Existe um consenso institucional entre a MIF, UNECA, ÁFRICA – CDC etc., sobre esses pontos considerados de fraquezas que o novo coronavírus encontraria na África. E o objetivo dessas e demais produções de informações, como já referido, era justamente o de auxiliar os governos e outras instituições de ponta que atuam no continente na matéria de prevenção de surtos/endemias/pandemias. Porém, ao observar minuciosamente esses pontos levantados e as sugestões apontadas como soluções, percebe-se que esses relatórios deixaram de problematizar, fazendo recurso às ciências sociais emancipadoras, criticamente as próprias saídas/soluções que propuseram aos governos da África.

Isto é, focou-se exclusivamente no apelo aos Estados africanos à conjugação de esforços para mitigação de suas fraquezas sem problematizar a fraca “capacidade de autofinanciamento dos projetos nacionais ou programas de governo” de boa parte desses países. Aliás, esse é um problema que afeta, e muito, a própria União Africana enquanto instituição aglutinador de um ideário panafricanista de unidade do continente. Como enfrentar a covi-19 sem discutir as estratégias de financiamento das soluções apresentadas? Será que ignorar um ponto como esse não significaria condenar esses



Estados à repetição dos erros fatais de importar acriticamente modelos ocidentais de enfrentamento de crise sem levar em consideração as condições locais do lugar da implementação? Outra questão: não estaria essa ausência de discussão séria sobre formas de atrair recursos na origem das dificuldades em mobilizar o povo a cumprir efetivamente as medidas sanitárias, assim como se viu depois?

Todavia, conforme o referido acima, faltou um senso crítico em relação aos pontos propostos como saída. Uma problematização mais séria das vulnerabilidades evocadas teria apontado logo de primeira a questão do recurso para financiamento das estratégias nacionais, sobretudo nos países que são economicamente mais vulneráveis. Aliás, foi justamente o que se viu logo a partir de 14 de fevereiro de 2020 quando foi notificado o primeiro caso de covid-19 no Egito.

O momento era de testar a capacidade prática das instituições nacionais africanas. A resposta foi, em certa medida, imediata em alguns países. Os governos do Quênia e Ruanda, por exemplo, foram dos primeiros a suspender todas as reuniões e eventos internacionais como medida preventiva. E quarentenas sistemáticas também foram impostas a viajantes de países de alto risco por vários Estados, incluindo Burundi e Uganda. Enquanto muitas companhias aéreas africanas, como RwandAir e Kenya Airways, suspendiam voos para vários países de alto risco, como China e Itália (MIF 2020; UNECA 2020). Os outros países fecharam as fronteiras, declararam estado de emergência e o confinamento social foi adotado como medida radical de enfrentamento.

O continente estava agora vivendo, igual ao resto do mundo, uma das situações mais difíceis de sua história. E a falta de kits de teste em muitos países e outras carências começaram a preocupar as autoridades nacionais e, segundo OMS (2020), essas limitações “impediam estimativas precisas de parâmetros chave, como a taxa de reprodução, tamanho da população infectada e número de infecções benignas” (OMS 2020, p. 8). A organização emitiu logo um alerta onde receava “um caos numérico com consequências desconhecidas das interações com a desnutrição e as infecções existentes no continente” (IBIDEM). Afirmou que mais tarde a pandemia isolaria a África de outras regiões em recuperação, isto porque, citando o Índice de Vulnerabilidade em Doenças Infecciosas (IDVI), o continente apresenta “um alto nível de doenças respiratórias – abrigando 22 dos 25 países mais vulneráveis a doenças infecciosas”.

A incidência de doenças infecciosas e não transmissíveis, como doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) ou asma, é alta na África. Os que sofrem dessas



doenças respiratórias existentes constituem a categoria mais vulnerável ao coronavírus, para quem o vírus é frequentemente letal. Doenças infecciosas como pneumonia, tuberculose ou doenças respiratórias associadas ao HIV estão entre as doenças agudas mais comuns nas populações africanas. Além disso, alguns países africanos já estão lutando contra doenças endêmicas, como tuberculose ou malária, e doenças infecciosas pré-existentes, como a febre Ebola ou Lassa, além de enfrentar um aumento acentuado de doenças não transmissíveis, como o diabetes, que também aparece como um fator agravante no caso de Covid-19 (OMS, 2020, p.9).

Em concordância com essas preocupações apresentadas pela OMS (2020), o CDC-UA (2020) também apontou para a fatalidade que a Covid-19 poderia provocar com o agravamento das doenças respiratórias preexistentes no continente. Segundo a organização, como os casos mais graves de infecção pelo novo coronavírus evoluem para quadros de insuficiência respiratória, os recursos hospitalares indicados para pacientes nessas condições tenderiam a ficar cada vez mais escassos. E lembrou que são:

{...} poucos países que detêm o poder de alta capacidade para resposta a surtos sanitário no continente africano, quais sejam: Egito, Argélia e África do Sul. E por outro lado temos a Nigéria e Etiópia, com capacidade moderada, agravada por fraquezas subjacentes, como alta vulnerabilidade a doenças infecciosas e populações maiores potencialmente expostas. Marrocos, Sudão, Angola, Tanzânia, Gana e Quênia têm risco moderado semelhante e tamanho médio da população; No entanto, esses países apresentam níveis variáveis de capacidade e uma alta vulnerabilidade geral, além de Marrocos (CDC-UA, 2020, p. 08).

A preocupação maior era que, com mais de um bilhão de pessoas, os sistemas de saúde pública em todo o continente seriam sobrecarregados rapidamente com essa chegada do novo coronavírus. Vale dizer que essa é a preocupação universal, pelo menos desde que o coronavírus se instalou no mundo. Mas em relação a África: o desafio das áreas urbanas não regulamentadas e compactadas ganhou uma atenção especial. Voltando ao relatório da Mo Ibrahim Foundation (2020) percebe-se que essa questão era uma das mais evocadas.

In 2019 nearly 43.0% of Africa's population live in urban areas, including in mega cities with populations often bigger than those of countries, like Cairo (20.5 million inhabitants) and Lagos (13.9 million inhabitants). States with densely packed, fast-growing urban areas and high population mobility across borders are more vulnerable to the spread of contagious diseases. Large urban agglomerations also pose a challenge to diseases control due to: reduced opportunities for social distancing, often poor hygiene and sanitation, making it difficult to implement regulations such as regular hand washing and sanitisation, and limited hospitals and healthcare facilities (MIF, 2020, p.08).



Neste caso, o acelerado êxodo rural que o continente vive estava no epicentro da preocupação – sobretudo se considerarmos o fato de que quem está na cidade não necessariamente perde o vínculo com a sua raiz do campo. E a complexidade está justamente no risco de que quem contrai o vírus nessas cidades compactas acima referidas, se não for isolado rapidamente, teria grande probabilidade de transportá-lo para zona rural e propagar a contaminação³ etc.

Fica claro que esses diferentes relatórios citados demonstram conhecer de perto as fragilidades estruturais de muitos países africanos. Mas, o fato de terem desfocado a insustentabilidade dessa dependência externa referente a canalização de recursos para a transformação estrutural que se propõe, acabou por inviabilizar os esforços para mitigação das fraquezas apontadas nesses diversos relatórios. E a situação se agravou mais ainda por conta da queda brutal das remessas dos imigrantes. Aliás, outro assunto que foi também tardiamente debatido no continente.

Vê-se então que a negligência dos métodos multifocais defendidos neste texto, comprometeu o debate em relação as formas viáveis de minimizar os impactos da pandemia de covid-19 no continente africano. E nisso, as ciências sociais emancipadoras poderiam auxiliar perfeitamente se fossem bem aproveitadas. Mas não parece ser o caso. Visto que em plena pandemia da covid-19 ainda existem cientistas sociais que insistem em se ocupar mais com abordagem unidimensional dos fatos, mesmo quando a situação requer uma multiplicidade de recursos metodológicos.

É o caso, por exemplo, das discussões que se vem travando sobre o fato do continente vier registrando, segundo os dados oficiais, um número relativamente reduzido de infectados e de vítimas mortais pela Covid-19 – isto é, se comparado com as outras regiões do globo. Vimos alguns cientistas sociais ocupados em defender que esses números baixos se devem ao fato de o vírus não resistir a climas tropicais como o de continente. E reforçam sua posição através da ideia sustentada na jovialidade da população africana. Neste caso específico, importa citar, entre outras, a insistência do Mike Davis (2020) em refutar essas ideias. No seu entender, “à luz da experiência de 1918, esta é uma conclusão tola. Assim como a suposição de que a pandemia, tal como a gripe sazonal, irá recuar com um clima mais quente” (DAVIS 2020, p.7).

³ Lembrando que, como consta no ponto 8 do relatório da MIF (2020), se existe o desafio da precariedade de infraestruturas sanitárias em vários países, ele é mais agravante nas zonas rurais desses referidos países. E isso redobrou a preocupação.



Retomando a nossa dúvida metódica: qual é a real importância desse tipo de debate para as ciências sociais emancipadoras que o enfrentamento da covid-19 exige? O que é mais importante para as ciências sociais nesta crise, procurar contribuir em salvar vidas ou saber o porquê morre “menos” gente em África?

Esse debate é insustentável dentro das ciências sociais, aliás, também para as ciências da saúde, haja vista que caiu por terra logo que a contaminação por novo coronavírus começou a ganhar velocidade na África. De acordo com os últimos dados do CDC (2020) e da OMS (2020), em apenas uma semana, o número de novos casos e de óbitos por covid-19 no continente aumentou mais de 25%. Até terceira semana do mês de dezembro, o boletim oficial do CDC-UA informava 2.780.157 contaminações em toda a região. E hoje (27/12/2020), este número saltou para 2.950.109, totalizando um crescimento de 26%.

Esses fatos demonstram a falta de pluralidade na abordagem social sobre os impactos da covid-19 que devia caracterizar o papel esperado das ciências sociais. O desvio do debate acabou por estimular um planejamento inconsistente, e isso por sua vez acabou por enfraquecer a mobilização da população africana no enfrentamento da pandemia. Faltou um debate sério sobre o que e como fazer para assegurar assistência social à população mais necessitada, enquanto estratégia mais viável e de garantia da eficácia das medidas sanitárias adotadas como, por exemplo, a quarentena.

Demorou-se muito para debater as estratégias de criação de fundos de financiamentos. Aliás, mesmo quando tentou se focar nessa questão o debate foi fraco e pouco se ouviu dos cientistas sociais a respeito do assunto. O fundo lançado pela UA para reduzir a dependência externa, junto da iniciativa Afrochampions, além de insuficiente, provou ser mais um esforço desenfreado em reproduzir a dependência da ajuda externa. E isso vem impossibilitando a adoção efetiva das medidas sociais porque acabam caindo num paradoxo. O que prova que antes de adotar as medidas de confinamento social e outras proibições preventivas, modelos importados acriticamente, não se discutiu o fator baixa renda como um dos elementos que concorrem para enfraquecer esse tipo de medida em países cujas desigualdades sociais se configuram exorbitantes como no caso da Guiné-Bissau, por exemplo.

A pandemia do novo coronavírus submeteu esses corpos periféricos, enquanto corpos políticos que a todo tempo se constituem na sobrevivência dos afrontamentos da desigualdade social, política e cultural, ao paradoxo existencial. O dilema entre



sobrevivência sanitária e biológico se impõe de maneira dramática a essas populações mais pobres (CAZUMBÁ & FRAZÃO, 2021). Ou seja, precisam escolher entre cumprir efetivamente as medidas sociais, como a quarentena, e correr o risco de morrer de fome em casa ou sair às ruas para garantir o sustento diário e pegar a covid-19. E isso revela os paradoxos das medidas sociais adotadas e cujas consequências se constituem sérias nos países como a Guiné-Bissau, por exemplo. Neste país africano especificamente, vem se condenando veementemente o povo por persistir em seguir sua vida cotidiana a procura de alimentos para sua subsistência, enquanto o governo do país segue sem um plano de contingência realista e se configura incapaz de aglutinar as demandas sociais com canalização de recursos para os mais necessitados.

Aliás, esta pandemia acentua os pontos fracos da prestação de serviços públicos e da funcionalidade institucional na Guiné-Bissau, bem como a vulnerabilidade geral da economia, revelando sua dependência e falta de diversificação (uma patologia na economia africana em geral). E por ser um país de baixa renda (LICs) – algo que, como já foi referido, condiciona a baixa qualidade da assistência médica, baixa capacidade de recursos humanos, falta de equipamentos e instalações – tudo isso lhe torna mais suscetível ao agravamento da vulnerabilidade das cadeias de suprimentos. Logo, a insegurança alimentar e desemprego, que também já vinham com os seus vícios, pelo que tudo indica, seguirão cada vez mais suscetíveis de alcançar níveis alarmantes. A prevalência de muitas doenças e a existência de infraestruturas precárias torna o surto de covid-19 uma emergência complexa para a Guiné-Bissau (UNECA, 2020). A baixa capacidade de teste e os hospitais com poucos recursos veem ofuscando a fiabilidade dos dados oficiais de contaminados e dos óbitos.

Por outro lado, os poucos progressos nas reformas vitais e no fortalecimento institucional causados pela instabilidade política nas últimas décadas representam um peso enorme para o país, tornando-se cada vez mais visível durante essa crise (PNUD, 2020).

A economia informal é a base de subsistência da maior parte da população deste país. E sabe-se que é um setor que já vinha apresentando evidentes sinais de desaquecimento, e tudo isso se agravou mais na pandemia sobretudo pela desorganização dos circuitos produtivos e logísticos mundiais e pela queda do preço das principais matérias primas (FMI, 2020; OCDE, 2020; PNUD, 2020 et al). Na Guiné-Bissau, a informalidade da atividade económica encontra sua “vitalidade” ou impulso substancial



através das exportações de castanha de caju em bruto. Mas os bloqueios iniciados em fevereiro pelos países da sua exportação inviabilizaram a campanha anual de caju, o principal evento económico do ano, afetando a renda de 80% da população. A existência muito limitada de sistemas de proteção social e finanças públicas sem recursos, deixou o governo com pouca capacidade de proteção da população ou de estimular a economia.

Todos esses dados e informações demonstram a falta de senso crítico em relação as medidas sociais importadas acriticamente. Faltou o debate antes da implementação das medidas sanitárias. Faltou, sobretudo, o uso dos métodos das ciências sociais emancipadores. Faltou a dúvida metódica em perguntar: como é que um país como a Guiné-Bissau e outros tantos que dependem fortemente da assistência de doadores internacionais em todas as áreas, inclusive na área da saúde, podem alcançar um êxito nas medidas sanitárias adotadas? E qual é a capacidade de adaptação à crise das redes comunitárias (familiares, religiosas, de linhagem etc.) em contextos de alta crise? Com que base pretendemos exigir que os pobres fiquem em casa sem assistência, uma vez que em situação normal não conseguem acumular ou criar excedente?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto procuramos problematizar o desafio de emancipação nas abordagens que das ciências sociais se esperam perante a crise global provocada pelo novo coronavírus. Demonstramos como as ciências sociais emancipadoras podem servir de esteio nesta luta para mitigação dos impactos da covid-19 em cada contexto, especialmente em África. Por se constituir uma reflexão incipiente, e sem pretensão de esgotar o debate, esperamos ter provocado alguma inquietação com as análises aqui feitas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFRICAN UNION. Africa CDC leads continental response to COVID-19 outbreak in Africa: *Statement by the Director of Africa CDC*. Disponível em: <<https://africacdc.org/news/africa-cdc-leads-continental-response-to-covid-19-outbreak-in-africa-statement-by-the-director-of-africa-cdc/>> Acessado em: 27 de maio de 2020.

AFRICAN UNION. African Union Mobilizes Continent-Wide Response to COVID-19 Outbreak. Disponível em: <<https://au.int/en/pressreleases/20200224/africanunion-mobilizes-continent-wide-response-covid-19-outbreak>> Acessado em: 27 de maio de 2020.

AFRICA CDC. Novel Coronavirus (2019-nCov) *Global Epidemic* – 10 March 2020. Disponível em: <<https://africacdc.org/disease-outbreak/novel-coronavirus2019-ncov-global-epidemic-10-march-2020/>>. Acessado em: 29 de maio de 2020.

AFRICA CDC (N.D.). About us. Disponível em: <https://africacdc.org/about-us/> . Acessado em: 30 de maio de 2020.

BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico. *Editora Unesp* – São Paulo, 2003.

CAZUMBÁ, Luís Da Silva; FRAZÃO, Idemburgo. População negra: o impacto do coronavírus – covid-19, na baixada fluminense/rj. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 13, n. 35, p. 271-291, fev. 2021. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/884>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

DAVIS, Mike. The Coronavirus Crisis Is a Monster Fueled by Capitalism. Disponível em: <www.inthesetimes.com> . Acessado em: 12 de junho de 2020.

FMI. A crisis like no other: swift action helped right the pandemic and limit the damage to people’s live an global economy. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/ar/2020/eng/spotlight/covid-19/>>. Acessado em: 18 de dezembro de 2020.

FERNANDES, Rhuann Lima. Reflexos das desigualdades raciais: a escravidão enquanto instituição e a precarização do trabalho contemporâneo. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 13, n. 35, p. 292-320, fev. 2021. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/879>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

FURTADO, Claudio. O rigor reflexivo e a negação das análises polares nos estudos africanos: a contribuição de Fernando Mourão. In: “Mélanges” em homenagem ao Fernando Augusto Mourão. Munanga, Kabengele. São Paulo – USP, 2012. Pág.103-115.

HARVEY, David. Política anticapitalista en la época de COVID-19. Disponível em: www.lobosuelto.com. Acessado em 06 de junho 2020.

MO IBRAHIM FOUNDATION, MIF. Covid-19 in Africa: a call for coordinated governance, improved health structures and better data. Disponível em: <[URL:https://mo-s3.ibrahim.foundation/u/2018/11/27173840/2018-Index-Report.pdf](https://mo-s3.ibrahim.foundation/u/2018/11/27173840/2018-Index-Report.pdf)>[accessed]. Acessado em: 17 de junho de 2020.

IHEKWEAZU, C. How Nigeria is preparing for the coronavirus. Disponível em: <https://www.theafricareport.com/24046/how-nigeria-is-preparing-for-the-coronavirus/>. Acessado em: 27 de maio de 2020.

NKENGASONG, J. M. W. Looming threat of COVID-19 infection in Africa: act collectively and fast’, *The Lancet*. Disponível em: <[https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)30464-5/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)30464-5/fulltext)>. Acessado em: 27 de março de 2020.

OCDE. Tackling coronavirus (Covid-19): getting right and emerging stronger. Disponível em: <<http://www.oecd.org/coronavirus/en/>> Acessado em: 17 de maio de 2020.

OMS. COVID-19 in Africa: from readiness to response. Disponível em: <<http://whotogowhoafroccmaster.newsweaver.com/JournalEnglishNewsletter/g65c7ca8gui>> Acessado em: 27/03/2020.



OMS. Emergency Ministerial meeting on COVID-19 organized by the African Union and the Africa Centres for Disease Control and Prevention. Disponível em: <<https://www.who.int/dg/speeches/detail/emergency-ministerial-meeting-on-covid-19-organized-by-theafrican-union-and-the-africa-centres-for-disease-control-andprevention>>

Acessado em: 13 de maio de 2020.

PNUD-GB. Covid-19 na Guiné-Bissau. Disponível em: <https://www.gw.undp.org/content/guinea_bissau/pt/home/about-us.html> Acessado em: 11 de outubro de 2020.

SANTOS, Boaventura S. Vírus: tudo o que é sólido desmancha no ar. In: Coronavírus e a luta de classes. *Terra sem Amos*: Brasil, 2020. pág. 45-50.

UNECA. Economic Impact of the COVID-19 on Africa. Disponível em: <<https://www.uneca.org/eca-covid-19-response>>. Acessado em: 19 de Março de 2020.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. *Volume II*. São Paulo: 2004 – pág. 584.

ŽIŽEK, Slavoj. Un golpe tipo ‘Kill Bill’ al capitalismo. Disponível em: <www.lobosuelto.com> Acessado em 16 de junho 2020.

Recebido 01/03/2021

Aprovado em 30/04/2021